

JORNAL da

MATO GROSSO



PUBLICAÇÃO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL MATO GROSSO | NÚMERO 0037 | JUNHO DE 2016 - www.oab.org.br



OAB-MT e TRT 23 unem forças com bancada federal contra o corte orçamentário na Justiça do Trabalho

Página -13

**Convênio entre OAB-MT, ESA,
CAA e Atame concede 25% de
desconto em pós-graduação**

Página -13

**CAA /MT celebra parcerias com
empresas e prestadores de serviços**

Página -11

**Integração artística ao estilo
Silva Freire marca reinauguração
de galeria na OAB-MT**

Página -09

DIRETORIA DA OAB

Presidente Leonardo Pio da Silva Campos	Fábio de Sá Pereira Fabio Luis de Mello Oliveira Fabiola Cássia de Noronha Sampaio Fernando Augusto Vieira de Figueiredo Fernando Henrique Machado da Silva Flávia Carrazzone Ferreira Flaviano Kleber Taques Figueiredo Francys Ricardo Menegon Gildo Capeleto Hélio Machado da Costa Júnior Hélio Nishyama Igor Girardi Faria Ivo Matias José Carlos de Oliveira Guimarães Júnior José Eduardo Polisel Gonçalves José Patrocínio de Brito Júnior José Sebastião de Campos Sobrinho Juliana Ribeiro Salvador Kleber Zinimar Geraldine Coutinho Luis Filipe Oliveira de Oliveira Luis Henrique Nucci Vacaro Luiz Carlos de Oliveira Assumpção Júnior Luiz da Penha Corrêa Marisol Nespoli Mauro Paulo Galera Mari Mauro Portes Júnior Nelson Aparecido Manoel Júnior Paula Regina de Toledo Ribeiro Pedro Martins Verão Regina Célia Sabioni Lourimier Reinaldo Américo Ortigara Ricardo Ferreira Garcia Ricardo Moraes de Oliveira Roberta Vieira Borges Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo Rogério Lavezzo Samir Dartanhan Ramos Samir Hammoud Sandro Luis Costa Saggin Selma Cristina Flores Catalan Selma Pinto de Arruda Guimarães Sirlene de Jesus Bueno Suerika Maia de Paula Carvalho
Vice-Presidente Flávio José Ferreira de Souza	
Secretário-Geral Ulisses Rabaneda dos Santos	
Secretária-Geral Adjunta Gisela Alves Cardoso	
Diretor Tesoureiro Helmut Flávio Preza Daltro	
Conselheiros Federais	
Duílio Piato Júnior Gabriela Novis Neves Pereira Lima Joaquim Felipe Spadoni Josemar Carmerino dos Santos Liliana Agatha Hadad Simioni Oswaldo Pereira Cardoso Filho	
Conselheiros Estaduais	
Abel Sguarezi Alfredo José de Oliveira Gonzaga Alinor Sena Rodrigues Antônio Luiz Ferreira da Silva Betsey Polistchuck de Miranda Breno Augusto Pinto de Miranda Bruna Ergang da Silva Christian Jacks Lino Gasparetto Dinara de Arruda Oliveira Eduardo Alves Marcal Eduardo Marques Chagas Eduardo Ramsay de Lacerda Élbio Gonzalez Elizete Bagatelli Gonçalves Ericson Cesar Gomes	

Tânia Regina Ignotti Faiad Tatiane de Barros Magalhães Valdir Miquelin Vinícius Dall Comune Hunhoff Walmir Antônio Pereira Machiaveli
1ª Câmara Julgadora
Presidente: Flavio José Ferreira Membros: José Patrocínio de Brito Junior Jose Eduardo Polisel Gonçalves Eduardo Ramsay De Lacerda Ricardo Moraes de Oliveira Tania Regina Ignotti Faiad
2ª Câmara Julgadora
Presidente: Ulisses Rabaneda dos Santos Membros: José Patrocínio de Campos Sobrinho Luiz da Penha Correa Breno Augusto Pinto de Miranda Hélio Machado da Costa Junior Eduardo Alves Marçal
3ª Câmara Julgadora
Presidente: Gisela Alves Cardoso Membros: Jose Sebastião de Campos Sobrinho Fernando Augusto Vieira Figueiredo Roberta Vieira Borges Antônio Luiz Ferreira da Silva Luiz Carlos de Oliveira Assunção Junior
Relatores do TED
Adalberto Lopes de Souza – Presidente – OAB/MT 3.948 Adriana Paula Tanssini Rodrigues Silva – Relator – OAB/MT 10.361 Alencar Felix da Silva – Relator – OAB/MT 7.507 Amaro Cesar Castilho – Relator – OAB/MT 4.384/B

André Luis Domingos da Silva – Relator – OAB/MT 4.907/B Andreia Alves – Relatora - OAB/MT 9.416 Apoena Camerino de Azevedo – Relator - OAB/MT 13.314/B Arnaldo Rauen Delpizzo – Presidente – OAB/MT 4.708/A Aurelio Alencar Soares de Oliveira – Relator – OAB/MT 7.103/B Cibeli Simões dos Santos – Relatora – OAB/MT 11.468 Cristiano Alcides Basso – Presidente – OAB/MT 6.252 Décio Cristiano Piato – Relator – OAB/MT 7.172 Douglas Ricardo Guilhen Melo – Relator – OAB/MT 4.856 Eduardo Cesar de Mello – Relator – OAB/MT 16.572/B Eduardo Faria – Relator - OAB/MT 4.318/B Gelison Nunes de Souza – Relator – OAB/MT 9.833/A Giorgio Aguiar da Silva – Relator - OAB/MT 14.600 Hamilton Ferreira da Silva Júnior – Relator – OAB/MT 11.322 Henrique Alves Ferreira Neto – Relator – OAB/MT 3.837 Ildo de Assis Macedo – Relator – OAB/MT 3.541 Jackson Francisco Coleta Coutinho – Relator – OAB/MT 9.172/B Jackson Mário de Souza – Presidente – OAB/MT 4.635 João Manoel Júnior – Presidente – OAB/MT 3.284/B João Paulo Avansini Cernelos – Relator – OAB/MT 10.924 Jonel Benedito Ferreira – Relator – OAB/MT 10.202 José Antonio Gasparelo Júnior – Relator – OAB/MT 7.191 José Ravanello – Relator – OAB/MT 3.291 Josinéia Sanabria Ortiz Prado – Relatora – OAB/MT 9.822

Julierme Romero – Relator – OAB/MT 6.240
Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT)
Presidente Itallo Gustavo de Almeida Leite
Vice-presidente Xênia Michele Artmann Guerra
Secretário-Geral Ana Carolina Naves Dias Barchet
Secretário-Geral Adjunto José Luiz de Aguiar Bojkian
Tesoureiro Leonardo de Mesquita Vergani
Diretores Ariane Martins Fontes Clarissa Lopes Dias Gisele Gaudêncio Alves da Silva Raquel Cristina Rockenbach Bleich Viviane Cristine Caldas
Escola Superior de Advocacia (ESAMT)
Diretor Presidente Marco Antônio Lorga
Diretor - Adjunto Bruno Devesa Cintra
Secretário - Geral Sílvio Soares da Silva Junior
Secretária - Geral Adjunta Marina Ignotti Faiad
Contatos: (65) 3613-0956/0957

RELATORES DO TED

NOME	OAB-MT	CARGO	NOME	OAB-MT	CARGO	NOME	OAB-MT	CARGO
JOÃO BATISTA BENETI	3.065	Presidente	JOÃO MANOEL JÚNIOR	3.284/B	Presidente	CRISTIANO ALCIDES BASSO	6.252	Presidente
ADRIANO CARRELO SILVA	6.602	Vice Pres.	JOSÉ RAVANELLO	3.291	Relator	JONEL BENEDITO FERREIRA DE ARRUDA	10.202	Relator
SILVANO MACEDO GALVÃO	4.699	Secr. Geral	HENRIQUE ALVES FERREIRA NETO	3.837	Relator	JOSINÉIA SANABRIA ORTIZ PRADO	9.822	Relator
SECRETARIA GERAL	TELEFONE 3613-0935	TELEFONE 3613-0940	LINOIR LAZZARETTI JUNIOR	13.666	Relator	THEMYSTOCLES NEY DE AZEVEDO DE FIGUEIREDO	13.655	Relator
			ILDO DE ASSIS MACEDO	3.541	Relator	RODRIGO REIS COLOMBO	12.868	Relator
PRIMEIRA TURMA			QUINTA TURMA			NONA TURMA		
RENATO DE PERBOYRE BONILHA	3.844	Presidente	ARNALDO RAUEN DELPIZZO	4.708/A	Presidente	ADALBERTO LOPES DE SOUZA	3.948	Presidente
ROBER CESAR DA SILVA	4.784/B	Relator	ROSELY AMARAL DE SOUZA	11.864	Relatora	ANDREIA ALVES	9.416	Relatora
EDUARDO FARIA	4.318/B	Relator	JULIERME ROMERO	6.240	Relator	AURELIO ALENCAR SOARES DE OLIVEIRA	7.103/B	Relator
GIORGIO AGUIAR DA SILVA	14.600	Relator	ROBERTO CARLONI DE ASSIS	11.291	Relator	DÉCIO CRISTIANO PIATO	7.172	Relator
TATYANA RIBEIRO GARCIA BENEDETTI	4.624	Relatora	MAURO DA SILVA ANDRIESKI	10.925/B	Relator	DOUGLAS RICARDO GUILHEN MELO	4.856	Relator
SEGUNDA TURMA			SEXTA TURMA			DÉCIMA TURMA		
ROBERTO ANTUNES BARROS	3.825	Presidente	JACKSON MÁRIO DE SOUZA	4.635	Presidente	SONIA MARIA ALVES SANTOS	3.524/B	Presidente
MARIO OLIMPIO MEDEIROS NETO	12.073	Relator	MAURO ANTONIO STUANI	6.116/B	Relator	MARCELO AUGUSTO BORGES	6.189	Relator
ROSENI APARECIDA FARINACIO	4.747	Relatora	GELISON NUNES DE SOUZA	9.833/A	Relator	RAPHAEL NAVES DIAS	14.847	Relator
ANDRÉ LUIS DOMINGOS DA SILVA	4.907/B	Relator	JOSÉ ANTONIO GASPARELO JÚNIOR	7.191	Relator	JOÃO PAULO AVANSINI CARNELOS	10.924	Relator
LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE	9.385	Relator	CIBELI SIMÕES DOS SANTOS	11.468	Relatora	MARIO APARECIDO LEITE CANGUSSU PRATES	4.652	Relator
TERCEIRA TURMA			SÉTIMA TURMA			DÉCIMA PRIMEIRA TURMA		
PEDRO MARCELO DE SIMONE	3.937	Presidente	LUIZ CARLOS REZENDE	8.987/B	Presidente	MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA	3.127/A	Presidente
SEILA MARIA ALVARES DA SILVA	4.161	Relatora	EDUARDO CESAR DE MELLO	16.572/B	Relator	AMARO CESAR CASTILHO	4.384/B	Relator
MOHAMED ALI HAMMOUD	11.184	Relator	ADRIANA PAULA TANSSINI RODRIGUES SILVA	10.361	Relatora	PAULO FABRINNY MEDEIROS	5.940	Relator
ALENCAR FELIX DA SILVA	7.507	Relator	HAMILTON FERREIRA DA SILVA JÚNIOR	11.322	Relator	APOENA CAMERINO DE AZEVEDO	13.314/B	Relator
MARCELO BERTOLDO BARCHET	5.665	Relator	LEOPOLDO DE MORAES GODINHO JUNIOR	13.565	Relator			

EXPEDIENTE

Jornalistas: Marianna Marimon - DRT/MT 2086 Sissy Cambuim - DRT/MS 0604 Paula Peres - DRT/MT 1243		CAA/MT (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br www.facebook.com.br/caaoabmt
Produção: ZF Press	Contatos Assessoria de Imprensa:	Publicidade: Boletim Informativo - Comunicação Institucional
Fotografias: Guilherme Costa - F5 / Assessoria de Imprensa OAB-MT	OAB/MT - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com	Tiragem: 17 .000 exemplares
Diagramação e Edição: Cláudio Castro - DRT/MT 351	Mídias Sociais: www.facebook.com.br/oabmt www.facebook.com.br/oabmatogrosso www.twitter.com.br/oabmt	OAB Mato Grosso - Avenida Mário Cardi Filho, s/n - Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914 - Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921



OAB-MT e TRT 23 unem forças com bancada federal contra o corte orçamentário na Justiça do Trabalho

Diante do corte orçamentário da Justiça do Trabalho, a OAB-MT iniciou uma série de reuniões para reverter o quadro no Estado, uma vez que no dia 8 de junho, foi publicada a suspensão das varas itinerantes em todo o interior. O presidente da entidade Leonardo Campos e a secretária-geral adjunta Gisela Cardoso além de reunirem-se com a presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT 23º), desembargadora Beatriz Theodoro também foram até Brasília.

No dia 9, Leonardo Campos, Gisela Cardoso, o diretor financeiro Helmut Daltro, o presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP) André Stumpf e o conselheiro estadual Hélio Machado estiveram no TRT para conhe-

cer a situação orçamentária da Justiça do Trabalho, e a suspensão das varas itinerantes em todo interior. Deste encontro, definiram por buscar respaldo a nível nacional, com o apoio do Conselho Federal

Em Brasília, no dia 14 de junho, Leonardo Campos e a desembargadora reuniram-se com a bancada federal do Estado no Congresso Nacional, para buscar uma solução para o corte ideológico, como classificou o presidente da OAB-MT, que com a suspensão das varas itinerantes, torna mais difícil o acesso de uma parcela considerável da população mato-grossense aos seus direitos trabalhistas.

Leonardo Campos explicou que desta reunião com a bancada federal, várias ações serão realizadas para garantir,

pelo menos, mais R\$2 milhões para que o TRT possa reativar as varas itinerantes e manter seu funcionamento até o fim deste ano. “O corte no orçamento massacró a Justiça do Trabalho e a impede de cumprir suas funções constitucionais de garantir o acesso do cidadão à Justiça”, afirmou o presidente.

A bancada federal fará uma solicitação ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) visando remanejar o orçamento interno, além da demanda de suplementação ao orçamento da Justiça do Trabalho para assegurar este recurso de R\$2 milhões para o TRT 23.

Enquanto nos últimos anos o orçamento da Justiça do Trabalho era de aproximadamente R\$ 30 milhões por ano, para 2016 o montante destinado foi

de apenas R\$ 14 milhões, fazendo com que os Tribunais do Trabalho de todo o país sofram com cortes drásticos de mais de 90% na capacidade de investimento e superior a 50% em seu custeio.

Medida Provisória – Depois deste entendimento em Brasília, o coordenador da bancada de Mato Grosso, deputado federal Fábio Garcia e a desembargadora Beatriz Theodoro reuniram-se com o ministro do TST, Ives Gandra da Silva Martins Filho, no dia 15 de junho.

Na ocasião, o ministro informou que o governo federal está preparando uma Medida Provisória para abrir um crédito suplementar para o TST a fim de amenizar a dificuldade orçamentária que os tribunais estão enfrentando.

Reunião com relator da LDO busca assegurar orçamento da Justiça do Trabalho

Dando continuidade à busca de solução para o corte ideológico na Justiça do Trabalho, a secretária-adjunta da OAB-MT, Gisela Cardoso e a presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) em Mato Grosso, desembargadora Beatriz Theodoro e o presidente do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho, o presidente do TRT em Campinas, Lórisval Ferreira dos Santos, reuniram-se com o senador Wellington Fagundes no dia 21 de junho, em Brasília.

Fagundes é relator da Lei de Dire-

trizes Orçamentárias (LDO) da União para o exercício de 2017. A intenção é assegurar à Justiça do Trabalho um orçamento que permita a manutenção de suas atividades.

De acordo com Gisela Cardoso, o parlamentar se mostrou disposto a ouvir os presidentes dos TRTs. Neste ano, o TRT 23 sofreu um corte de 56% para o custeio de suas atividades e de aproximadamente 90% em investimentos. A situação culminou na suspensão do funcionamento das 11 varas itinerantes em Mato Grosso.



Comissão Nacional da Mulher Advogada reúne Seccionais em Brasília

A secretária-geral adjunta da OAB-MT e presidente da Comissão de Direito das Mulheres, Gisela Cardoso participou da reunião da Comissão Nacional da Mulher Advogada no Conselho Federal em Brasília, no dia 22 de junho. Na ocasião, também foi lançada a campanha “Diga Não à Violência Contra a Mulher”, que visa conscientizar e incentivar a denúncia de práticas abusivas e violentas que tenham mulheres como vítimas.

Uma reunião de trabalho com a ministra Carmem Lucia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre o projeto “Justiça pela paz em casa” marcou o primeiro dia de trabalho.

Conforme a secretária, o Colégio de

Presidentes das Comissões de Direito da Mulher também tratou sobre o plano de valorização da advogada. “Debatemos sobre a participação da OAB nestas questões sociais e foi de grande importância, porque conseguimos trocar experiências e entender que apesar de cada Estado estar em um canto diferente do país, convivemos com os mesmos problemas”, disse.

Com isso, sendo este o ano da mulher advogada, a OAB programa uma série de atividades. “Em novembro teremos a convenção nacional da mulher advogada e também queremos realizar a convenção estadual ainda este ano em Mato Grosso, entre outras ações que serão realizadas”, afirmou.



Conselho de Arquitetura e Comissão da OAB-MT analisam revisão do plano diretor de Cuiabá

O presidente da OAB-MT Leonardo Campos e o presidente da Comissão de Direito Imobiliário e Urbanístico, João Gabriel Silva Tirapelle receberam no dia 17 de junho, o presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso (CAU-MT), Wilson Fernando, para a primeira reunião sobre a análise de revisão do plano diretor de Cuiabá.

Conforme o presidente da Comissão de Direito Imobiliário, João Gabriel, o objetivo é ouvir do Conselho de Arquitetura e Urbanismo sugestões na prática do que seria interessante acrescentar ou reduzir do plano diretor.

“Faremos um estudo coordenado em conjunto, onde o Conselho entra com a prática deles, e a parte legal fica sob responsabilidade da nossa Comissão e da OAB-MT. Iremos juntar forças e auxiliar para apresentar propostas para a revisão do plano diretor”, disse.

João Gabriel também destacou que o estudo ainda não conta com a participação da Prefeitura de Cuiabá por esta ter sido a primeira reunião acerca da revisão do plano diretor. Contudo, o prefeito Mauro Mendes será acionado para repassar as informações necessárias sobre o plano diretor do município.

OAB-MT e FNCP propõem ao Governo criação de órgão de combate à pirataria

O presidente da OAB-MT Leonardo Campos; o presidente da Comissão de Propriedade Intelectual e Autoral, Geraldo Macedo e o presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), Edson Vismona, reuniram-se com o secretário de Gabinete do Governo de Mato Grosso, José Arlindo de Oliveira e o secretário-adjunto de Segurança Pública, Gustavo Garcia para discutir propostas de enfrentamento à pirataria.

“Trouxemos uma proposta que sempre temos defendido junto à administração pública que é a criação de um órgão de coordenação com várias instâncias do Estado no combate a organizações criminosas e também de defesa ao mercado legal”, explicou Vismona.

Macedo ressalta que a aproximação com o Poder Público no combate à pirataria é muito importante por se tratar do único órgão que pode efetivamente enfrentar o tema.

Para o presidente da Comissão, a reunião foi bastante produtiva, uma vez que puderam ser apresentados os pleitos inerentes ao combate à pirataria. Uma das propostas do advogado é a



estruturação da Delegacia de Defesa do Consumidor para que também possa atender esses casos.

De acordo com Vismona, a ideia é a formação de uma grande coalisão de defesa do mercado legal com a participação do Governo e da sociedade civil. O presidente do FNCP destaca que, nesse contexto, a determinação do Estado de Mato Grosso é fundamental, tendo em vista suas características geográficas e econômicas e, principalmente, a experiência técnica do governador Pedro Taques.

Ele ainda ressalta que a OAB-MT tem sido parceira do FNCP há muitos anos, estimulando a defesa da propriedade intelectual que é fundamental nesse processo.

Mais de 30 presidentes participam da 1ª Reunião de Comissões Temáticas

Mais de 30 presidentes de Comissões Temáticas da OAB-MT participaram da 1ª Reunião das Comissões Temáticas nesta quarta-feira (29). As comissões puderam apresentar um panorama dos trabalhos já realizados nesta gestão. O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, a secretária-geral adjunta Gisela Cardoso e o diretor financeiro Helmut Daltro também participaram da reunião.

Além destes, a reunião contou com a presença do secretário-geral da OAB-MT, Ulisses Rabaneda; do presidente do Tribunal de Ética e Disciplina (TED), João Batista Beneti; do secretário-geral do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP), Maurício Magalhães, do diretor da Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso (ESA-MT), Marco Lorga; do presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA-MT), Itallo Leite, e do corregedor-geral da OAB-MT, Flaviano Kleber Taques Figueiredo.

Presidente da OAB-MT, Leonardo Campos destacou alguns dos atos da gestão, como a aproximação com a classe, os cursos telepresenciais em parceria com a Associação dos Advogados de São Paulo (AASP) e a valorização dos advogados adimplentes com a entidade nos valores de cursos fornecidos pela ESA-MT.



“Também estamos trabalhando no regimento interno das Comissões da OAB-MT, mas muitas dificuldades apresentadas pelos presidentes aqui são referentes à falta de membros para integrarem as Comissões, por isso, convocamos a todos os advogados que tenham interesse em contribuir com os trabalhos desenvolvidos”, explicou o presidente.

A falta de membros nas Comissões

foi justamente o principal ponto de dificuldade apresentado pelos presidentes, como destacou em sua fala Mário Medeiros Neto, presidente da Comissão de Jovem Advogado.

Outro ponto abordado foi a questão da divulgação e integração dos trabalhos das Comissões. “Temos diversas Comissões que possuem temas que podem ser trabalhados em conjunto, então

é preciso integralizar estas informações para termos nosso trabalho mais divulgado”, salientou o presidente da Comissão de Direito Carcerário, Waldir Caldas.

Gisela Cardoso esclareceu que as atas das reuniões são publicadas no site da OAB-MT, mas que é preciso encaminhar as informações para a Assessoria de Imprensa da entidade para divulgação das ações em matérias.

Em Brasília, Comissão participa da 1ª Reunião de Comissões de Direito Previdenciário

A Comissão de Direito Previdenciário da OAB-MT participou da 1ª Reunião de Comissões de Direito Previdenciário e Advogados Previdenciários do Brasil, que aconteceu de 6 a 7 de junho no Conselho Federal da entidade em Brasília. A reunião teve como objetivo debater a reforma previdenciária proposta pelo governo.

Participaram da reunião, a presidente da Comissão da OAB-MT, Emanuelle Moura Cuiabano, o vice-presidente Jonas Albert Schmidt, a secretária-geral Erica de Assis Veloso Braga.

As principais pautas da reunião foram o fim do Ministério da Previdência com o palestrante Mauro Houshild, sobre o Déficit da Previdência com os palestrantes Denise

Gentil e Guilherme Portanova e sobre a Desvinculação de Receitas da União (DRU) com os palestrantes Antônio Savaris e Ana Paula.

Emanuelle Moura Cuiabano explicou que no segundo dia da programação, os presidentes de Comissão das Seccionais puderam apresentar um panorama do direito previdenciário de cada Estado, pois o objetivo é

debater a reforma previdenciária em todo o país.

“Também fomos pautados em tratar com os presidentes das Seccionais de debater a questão do direito previdenciário em todas as Subseções, então iremos ver como trataremos este tema aqui com o Leonardo Campos. Na reunião com os presidentes de Comissões de todas as Seccionais falamos

sobre a situação de cada Estado em relação à área, como é a atuação do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), dos juízes e os problemas do dia a dia”, disse.

A presidente da Comissão também observou que as palestras apresentaram a necessidade de se realizar a reforma previdenciária, mas que a exposição de advogados, juristas e juízes é de que não concordam com a proposta do governo.

“A sociedade tem que ser consultada sobre a reforma previdenciária, é preciso levar em consideração os riscos sociais e não os números. Existe hoje uma falta de estrutura e de organização, principalmente por não existir o Ministério, só a Secretaria da Previdência”, observou.



Defesa das prerrogativas marca reunião com Comandante Regional da Polícia Militar



Para garantir as prerrogativas dos advogados, as Comissões de Direito Penal e de Prerrogativas e o presidente da Subseção de Rondonópolis da OAB-MT, Stalyn Paniago Pereira reuniram-se com o Comandante Regional IV, tenente-coronel Edgar Maurício, no dia 17 de junho.

Também participaram da reunião, o presidente da Comissão de Direito Penal, Bruno de Castro, o presidente da Comissão de Prerrogativas Rafael Oliveira, bem como seus membros, Highor Mendes e Lucas França.

Além de uma visita institucional, a Subseção apresentou anseios da advocacia de Rondonópolis. Entre os assuntos, constou a defesa das prerrogativas dos advogados, como o direito do advogado em acompanhar seu cliente, na lavratura do boletim de ocorrência, em caso de fla-

grante delito, quando o detido ainda estiver em poder da Polícia Militar.

Palestras de formação sobre as prerrogativas dos advogados aos policiais militares ficaram acordadas durante a reunião.

Para o presidente da Subseção, Stalyn Paniago, a reunião com o comandante-geral regional contribui para a aproximação das instituições.

“A Subseção de Rondonópolis acredita que através deste contato institucional haverá o respeito maior às prerrogativas profissionais da classe, não representando favor ou privilégio, mas apenas o cumprimento da lei, norte incessantemente perquirido pela gestão, agradecendo ao Comandante Tenente Coronel Maurício pela receptividade e cordialidade despendidas”, disse o presidente da Subseção.

Subseção pede ao TJMT para revogar suspensão de Vara em Peixoto de Azevedo

A suspensão de uma das Varas da Comarca de Peixoto de Azevedo foi o tema central de reunião entre os presidentes da OAB-MT Leonardo Campos, da Subseção da entidade no município, Marcus Macedo e do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), desembargador Paulo da Cunha, no dia 22 de junho. A corregedora-geral do TJMT, desembargadora Maria Erotides esteve presente e uma nova reunião foi agendada para o dia 22 de julho.

Também participaram da reunião,

o diretor financeiro da OAB-MT, Helmut Daltro, o vice-presidente da Subseção de Peixoto, Ivan Santore, o presidente da Comissão de Defesa de Prerrogativas (CDP) Helio Pereira de Souza, secretária da Comissão de Direitos da Mulher (CDM) Fabiane Lemos Melo, e os advogados Ralf Hoffman e Fabio José Longui.

Além de solicitar a revogação da suspensão da Vara, Marcus Macedo explicou que a Subseção de Peixoto atende também aos municípios de Guarantã

do Norte, Terra Nova do Norte e Matupá.

“Pedimos a revogação da suspensão da Vara, para voltar a ter um fluxo normal, pois o período eleitoral vai começar, e haverá um aumento no volume dos processos. Peixoto é a 10ª no volume de distribuição, superando Colíder que possui três Varas. E a cadeia também fica em Peixoto e o Centro de Detenção Provisória (CDP) que vai ser aberto, tem nos preocupado”, disse Marcus Macedo.



Com relação à Guarantã do Norte, foi exposta a quantidade de processos e a falta de estrutura, que atualmente possui Vara única. “Se a Comar-

ca fosse elevada para 2ª entrância, Guarantã representaria a 4ª posição no volume de distribuição mensal. A comarca abrange além de Guarantã, o município de Novo Mundo, totalizando 70 mil habitantes para uma única Vara”, apontou o presidente da Subseção.

O pleito para Terra Nova do Norte é que o juiz que responde pela Vara volte a atender o município durante três dias na semana, tendo em vista que atualmente, o titular atua dois dias em Terra Nova e três dias em Colíder. A desembargadora Maria Erotides comprometeu-se que o magistrado irá atender três em Terra Nova.

A corregedora também destacou que serão realizadas correições nas referidas Varas e solicitou um prazo de 30 dias para responder aos demais pleitos apresentados.



Entidades criam Comissão Interinstitucional de Defesa das Prerrogativas

A Comissão Interinstitucional de Defesa das Prerrogativas foi criada no dia 23 de junho, com a assinatura do Termo de Cooperação entre a OAB-MT e a Associação Mato-grossense de Magistrados (Amam). O termo foi assinado pelos presidentes das entidades, Leonardo Campos e José Arimatéa.

O presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP) André Stumpf que retornou de Brasília do Encontro Nacional de Defesa das Prerrogativas, destacou que a iniciativa pioneira da OAB-MT e da Amam já resultou na procura de outras Seccionais do país para implantar o modelo do Termo de Cooperação para

criar uma comissão interinstitucional.

No dia 24 de abril, a OAB-MT e a Amam firmaram o compromisso de criar a Comissão Interinstitucional para atuar de maneira integrada em todo Estado, para evitar possíveis conflitos entre magistrados e advogados. Com o termo assinado, as instituições devem indicar os membros, sendo que a participação dos presidentes já está prevista no documento.

Presidente da OAB-MT pontuou a atuação em conjunto das instituições. “A OAB-MT e a Amam foram juntas à Assembleia Legislativa para pedir a derubada do veto do Executivo à Revisão Geral Anual (RGA), e fomos atendidos pelos parlamentares e o reajuste foi concedido aos servidores do Judiciário”, apontou.

Leonardo Campos ressaltou a independência de ambas as instituições. “A nossa gestão é a do encontro, sem nos

furtarmos do enfrentamento quando necessário, mas por isso queremos dar continuidade como dirigentes desta relação transparente e harmônica entre OAB-MT e Amam. Cada um segue a sua independência, mas com uma atuação que pode ser feita em conjunta em diversos momentos, como será com esta Comissão, que vem para somar, para conciliar. Todos perdem quando existe conflito, mas quem perde mais é o cidadão”, disse.

José Arimatéa defendeu que é preciso construir pontes entre a magistratura e a advocacia. “O juiz está juiz, mas sua formação é o direito e a advocacia. A nossa ideia é desmistificar que é preciso existir esta distância entre advogado e

magistrado. Ter uma relação com advogado não coloca em dúvida a credibilidade do magistrado”, afirmou.

Conforme o termo serão realizadas reuniões periódicas, com o intuito da integração e da defesa das prerrogativas através da capacitação, também serão promovidos estudos e pesquisas, e utilização de dados técnicos para implantar resultados. A Comissão também irá atuar em casos concretos de conflitos para evitar desgastes pessoais e institucionais.



JUSTIÇA FEDERAL

OAB-MT derruba portaria da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e garante prerrogativa de advogados

Atendendo ao pedido da OAB-MT, a 15ª Vara da Justiça Federal, no Distrito Federal, suspendeu, liminarmente, os efeitos da Portaria do Procurador-Geral da Fazenda Nacional que limitava os pedidos de audiências solicitados por advogados e, consequentemente, acesso aos processos.

Com efeito para todo o país, a decisão do juiz federal da 15ª Vara, Francisco Renato Codevila Pinheiro Filho, acatou os argumentos da OAB-MT de que a medida conflita com a Constituição Federal e a Lei 8.906 e atinge as prerrogativas dos advogados no momento em que os restringe de sua atuação.

Conforme a Portaria 245/2013, os pedidos de audiência solicitados por advogados na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) com o objetivo

de tratar situações urgentes devem ser exclusivamente de assuntos relacionados à Dívida Ativa da União acerca de cumprimento de decisão judicial sobre emissão de Certidão Negativa (CND) ou Positiva com Efeitos de Negativa (CPEN) de débitos, suspensão da inscrição no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin) ou suspensão da exigibilidade do crédito, ou análise de pedido de parcelamento com leilão marcado.

Ainda, a norma impunha que a urgência devia ser comprovada por meio de documentação idônea e que o requerimento fosse apresentado no atendimento residual da unidade da PGFN em que a audiência fosse pretendida.

“A restrição a direito legalmente outorgado ao advogado não se justifica

como forma de zelar pela boa e eficiente administração, haja vista que cabe aos órgãos públicos, em geral, organizar-se de forma a prestar o mais amplo atendimento possível. Desse modo, mostra-se lesivo ao direito dos advogados, ainda que a pretexto de organização do serviço, a restrição do exercício profissional contemplado pela legislação”, destacou o magistrado em sua decisão.

Na decisão, o juiz repisa que é, sim, ofensa a prerrogativas profissionais quando se pretende restringir, por medidas burocráticas exacerbadas, o atendimento prioritário de pedidos administrativos para vista de processos e documentos sob a posse do órgão administrativo. “Não se trata de conferir tratamento privilegiado ao advogado, mas de garantir a essa profissão de proeminência com acento cons-

titucional o exercício das prerrogativas da função na tutela de direitos e interesses alheios”, completou.

Sendo assim, fica determinado que todas as unidades da PGFN procedam o atendimento aos advogados no horário de expediente, independentemente de agendamento prévio, requerimento e preenchimento de formulários ou quaisquer outros tipos de protocolo para estes fins.

Também estão assegurados os acessos a processos administrativos e documentos de interesse dos advogados que estejam sob responsabilidade do órgão federal no horário de expediente, independentemente de agendamento ou requerimento, seja para consulta, carga e extração de cópias, nos prazos previstos em lei, desde que não estejam em tramitação sigilosa.

Ao Conselho Pleno, magistrado responde demandas da advocacia

Em meio a todas as facilidades que a tecnologia trouxe para quem precisa realizar tarefas bancárias, uma demanda ainda causa transtorno na rotina dos advogados: o depósito de diligências dos Oficiais de Justiça. Diferentemente das demais guias recolhidas no processo, o pagamento deve ser efetuado por meio de depósito identificado em conta específica no Banco do Brasil.

Diante da situação, a OAB-MT vem apresentando a demanda de melhoria do sistema junto ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) e, no dia 23 de junho, o juiz auxiliar da presidência, João Thiago Guerra, garantiu que, dentro de poucos dias, os advogados poderão contar com uma boa novidade.

O anúncio foi feito durante a 3ª Sessão Extraordinária do Conselho Pleno, aberta a todos os advogados, quando o magistrado se colocou à disposição para debater os problemas do Poder Judiciário.

De acordo com ele, o sistema que permitia a retirada de guia para pagamento das diligências via internet, assim como já são disponibilizadas as demais, estava prestes a entrar em funcionamen-



to quando o Banco Central editou uma resolução proibindo a emissão de guias e boletos não registrados.

Agora, para entrar em funcionamento, o sistema precisa passar por adequações. Conforme o juiz, o prazo para a realização dos ajustes complementares é de 60 dias. Contudo, ele assegurou que este foi um compromisso assumido pelo presidente do TJMT, desembargador Paulo Cunha, e será entregue dentro de sua gestão.

A OAB-MT também apontou a necessidade de identificação dos depósitos judiciais e, segundo Guerra, já existe uma de trabalho no TJMT trabalhando para resolver essa demanda.

Ele ainda informou que também está em estudo a forma de se fazer intimações, mediante o Processo Judicial Eletrônico (PJe).

“Não tem como advogar sem intimação no Diário de Justiça Eletrônico (DJE)”, ressaltou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos. Para ele, a advocacia não tem como aceitar ou transigir com a possibilidade de que a inti-

mação não seja publicada no DJE.

Diante da situação, o magistrado ponderou que, dentre as três formas previstas de intimações pelo PJe e DJE com as quais a equipe de estudos está trabalhando, a que lhe é mais simpática é da integração plena do sistema, inclusive para não gerar dúvidas acerca dos prazos a serem cumpridos.

O juiz também respondeu ao questionamento da Comissão de Direito Eletrônico (Codel) quanto à disponibilização de um link dedicado que assegure o pleno acesso à internet para que advogados de todas as comarcas possam utilizar o PJe.

Após explicar as dificuldades estruturais e a preocupação no tocante à segurança da informação, o magistrado informou que seria possível melhorar o sistema. Para isso, o TJMT está realizando um estudo e determinou que todos os diretores do Foro informem, se em suas comarcas existem salas da OAB-MT e a possibilidade de instalação de estações de trabalho nelas. A partir daí, será possível ter uma noção do investimento necessário.

Assim, Leonardo Campos solicitou a todos os conselheiros e

advogados presentes que procurem os juizes de suas comarcas para auxiliar na resposta a essa demanda e, ainda, que as subseções demandem esforços para oferecer os espaços necessários para as instalações das estações de trabalho.

No entanto, a realização de novos investimentos no TJMT, inclusive a implantação de sistemas que melhorem o acesso da advocacia aos serviços, dependem do orçamento do Poder Judiciário para o ano que vem. Mediante a proposta do governador Pedro Taques de redução de 15% do repasse ao Judiciário, ficaria inviabilizado qualquer investimento.

Segundo Guerra, o corte anunciado pelo Governo, na verdade, seria de, pelo menos 16,35% dos recursos. “Enquanto não houver posição mais clara de que não haverá corte, tudo está congelado”, frisou o magistrado.

A OAB-MT já se posicionou acerca do assunto e garantiu que fará coro junto ao Poder Judiciário na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) para que não haja redução no orçamento da Justiça no Estado.



OAB-MT garante aos advogados direito de acesso aos processos do TCE

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) atendeu o pleito da OAB-MT para garantir aos advogados, o direito de acesso aos processos em trâmite, independente de requerimento, com ou sem procuração.

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos assegura que a entidade fará o que for preciso para resguardar as prerrogativas dos advogados, que não são privilégios e sim direitos.

Conforme decisão do presidente

do TCE, conselheiro Antônio Joaquim, o “requerimento postulado pela OAB-MT, guarda pertinência jurídica com a legislação vigente e com a jurisprudência de nossos Tribunais, sendo necessário que este Tribunal de Contas proceda à verificação das disposições legais internas, que porventura limitam o acesso aos autos apenas as partes e seus procuradores”.

Para fundamentar a decisão, o presidente do TCE destacou a legislação atual, sendo o artigo 7º da Lei nº 8906/1994 (Esta-

tuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil) e também apontou o que prevê o novo Código de Processo Civil (CPC).

“Conclui-se que, a menos que se trate o caso de segredo de justiça, ou diante de alguma situação excepcional, tal como a existência de documentos originais corroidos pelo tempo e de difícil restauração ou ainda de outras circunstâncias que justifiquem a não concessão de visa, empecilhos que devem restar formalmente justificados pela Administração, não parece

concebível tolher-se o direito de vista dos autos ao advogado sem procuração”, fundamentou o conselheiro.

Além disso, o TCE ressaltou que está em andamento estudo para alteração de seu regimento e com isso, a matéria será devidamente regulamentada, adequando-se à legislação vigente, haja vista a postulação da OAB-MT. O TCE expediu uma CI Circular no sentido de orientar os gabinetes dos conselheiros relatores e todos os setores para que observem a legislação vigente.

Integração artística ao estilo Silva Freire marca reinauguração de galeria na OAB-MT

“Os Cinco Elementos do Cerrado” chegaram revestidos de polêmica na reinauguração da Galeria Silva Freire, na OAB-MT, no dia 23 de junho. A exposição fotográfica foi abrigada e escolhida para reabertura do espaço cultural da Casa da Democracia, depois de ter sido retirada de um shopping da Capital sob ameaça de protestos pelas imagens de nudez.

O nu artístico representado nas 25 imagens que compõem a exposição do fotógrafo Tchêlo Figueiredo inspirou-se nas figuras mitológicas para enaltecer o corpo feminino exaltando as tramas culturais, econômicas e naturais de Mato Grosso através de cinco elementos: agronegócio, segura, frutas, águas e arte.

Em nome da família e da Casa Silva Freire, Larissa Silva Freire Spinelli, filha do poeta, explicou que o trabalho exposto está no coração do conceito do processo cultural-histórico definido com o termo “cuiabania” por seu pai. “Para nós é uma grande alegria fazer coro junto com a OAB-MT na luta pela arte e cultura, na luta pela cuiabania no sentido do processo cultural histórico de Mato Grosso”, finalizou.

Além de Larissa, participaram do ato de reinauguração, dona Leila Silva Freire e seu filho, Murilo Silva Freire.

O mesmo sentimento foi expresso pelo vice-presidente da OAB-MT, Flavio Ferreira – “discípulo de Silva Freire”, como fez questão de ressaltar – ao revelar que o momento era duplamente especial. As palavras foram reforçadas pelo presidente da Academia Mato-grossense de Letras (AML), José Carrara, lembrando que o estado precisa de mais símbolos

como Silva Freire.

“Silva Freire era um poeta advogado e um advogado poeta”, frisou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, ressaltando a importância de seu trabalho.

A também imortal Luciene Carvalho traduzindo a polêmica em torno da exposição em poesia. A intervenção artística do grupo teatral Cena Onze ilustrou a polêmica da nudez e da valorização feminina em meio às fotos.

Responsabilidade Social

– Mais que reinaugar um espaço cultural, a OAB-MT, também conhecida como Casa Democracia, recebe a exposição fotográfica num contexto muito mais amplo, o da defesa da liberdade de expressão.

Conforme estabelece o artigo 5º da Constituição Federal, em seu inciso IX, “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Trata-se, portanto, de uma das garantias fundamentais da população brasileira.

Ao descerrar a placa da Galeria Silva Freire, Leonardo Campos fez questão de ressaltar as palavras que ficaram eternizadas na parede da OAB-MT. “Aqui nesta casa

As intervenções artísticas que se somaram à exposição fotográfica trouxeram à tona, um dos temas abordados pelo fotógrafo quando concebeu o projeto: “o corpo feminino em toda a sua pluralidade e poética visual”.

Apesar das cenas de nudez que



deram margem à polêmica para retirada da exposição do shopping center, a presidente da Comissão de Direito da Mulher, secretária-geral adjunta da OAB-MT Gisela Cardoso, esclarece que é justamente essa naturalidade demonstrada no trabalho que as mu-

lheres buscam.

“Essa belíssima exposição representa o olhar que nós, mulheres, gostaríamos de receber. Um olhar de naturalidade, de leveza, e não o olhar de objeto, do proibido, do censurado”, ressaltou.

OAB-MT ingressa com representação para apurar atendimento a portadores de DPOC

A OAB-MT ingressa com uma representação junto ao Ministério Público de Mato Grosso (MP-MT) para a instauração de um inquérito civil que visa apurar o não atendimento de portadores de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) no Estado.

No dia 22 de junho, o vice-presidente da OAB-MT, Flávio Ferreira, reuniu-se com um grupo de portadores de DPOC, o procurador-geral de Justiça, Paulo Prado e o promotor de Justiça Alexandre Guedes para discutir a questão.

De acordo com o vice-presidente, a Ordem foi procurada pelos portadores de DPOC na busca de uma solução para a falta de fornecimento de medicamentos por parte do Sistema Único de Saúde (SUS).

Diante da situação, esses pacientes estão se unindo para a formação da Associação Mato-grossense de Portadores de DPOC, que será presidida por Elcio Alves de Andrade.

Ele explica que quando foi atualizada a Portaria 172/2010 da Secre-

taria de Estado de Saúde (SES), que trata da normatização para aquisição de medicamentos, não foram incluídos os portadores de DPOC.

Desde então, Andrade conta que há cerca de um ano, somente aqueles que têm condições de adquirir o medicamento com recursos próprios estão mantendo o tratamento. Ele ressaltou que o remédio deve ser usado duas vezes por dia e, com a falta do tratamento, os pacientes perdem a qualidade de vida, resultando em internações que têm custado muito mais caro aos cofres estaduais.

A estimativa é de que aproximadamente 10 mil portadores de DPOC residam em Mato Grosso. Pelo menos 400 já aderiram à Associação que está em processo de criação.

Conforme o promotor de Justiça da 7ª Promotoria Cível de Cuiabá, Alexandre Guedes, a partir do recebimento da representação, o inquérito visa apurar se há ou não o devido tratamento aos portadores de DPOC e, se não há, por quais motivos.

Advogados podem renegociar débitos em até 18x

Os advogados têm a oportunidade de renegociar seus débitos junto à OAB-MT. Com a resolução nº 17 de fevereiro deste ano, a entidade efetua o parcelamento de débitos vencidos em exercícios anteriores em até 18 parcelas mensais.

As possibilidades de pagamento são: à vista ou em duas parcelas, os juros de mora e a multa tem 100% de desconto; de três a seis parcelas será concedido 75% de desconto em juros de mora e 60% de desconto na multa; de sete a 12 parcelas o desconto para juros de mora será de 50% e para a multa de 30%; de 13 a 18 parcelas,

o desconto é de 30% para juros de mora e 20% para a multa. No cartão de crédito em até 5x será concedido 100% de desconto em ambos.

Para os débitos já cobrados pela via judicial, a renegociação deverá ser efetivada diretamente junto à Procuradoria da OAB-MT, aproveitando-se os mesmos termos da resolução nº 17.

Aos advogados interessados em renegociar seus débitos com a OAB-MT basta entrar em contato com a Tesouraria pelos telefones (65) 3613-0918/0919 ou via e-mail em renegocie@oabmt.org.br



Inscrições para IV Corrida da Advocacia podem ser feitas até 15 de julho

O prazo de inscrição na IV Corrida da Advocacia termina dia 15 de julho. Os interessados em participar devem se inscrever pelo site www.caamt.com.br. Os atletas poderão optar entre dois percursos: cinco ou 10 quilômetros. Ambos com largada e chegada ao Estacionamento dos Advogados (próximo ao fórum cível e criminal). A prova será dia 28 de agosto, às 7h.

Advogados, advogadas, estagiários e estagiárias inscritos(as) na OAB pagam inscrição no valor de R\$ 45 + taxa de serviço; para público geral (masculino e feminino), a inscrição será de R\$ 65 + taxa de serviço. Atletas Com Deficiência (ACD) são isentos do pagamento. Já atletas com idades acima de 65 anos têm 50% de desconto no valor final da inscrição.

Todos os inscritos receberão camiseta tecnológica com FPS, número de peito, chip eletrônico e um kit exclusivo da IV Corrida da Advocacia contendo os seguintes itens: easybag, viseira e meia.

Neste ano, uma novidade fica por conta da premiação por faixa etária na categoria advogados(as) e estagiários(as). A premiação geral, aos três melhores colocados masculi-

no e feminino, nas categorias advogados(as)/estagiários(as) e público geral, continuará a ser realizada.

Importante destacar que a IV Corrida da Advocacia será auditada pela Federação Mato-grossense de Atletismo – entidade responsável pela homologação do resultado final do pódio.

A corrida é uma realização da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB/MT).

CORRIDA KIDS - Este ano, a CAA/MT promoverá, também, a primeira edição da Corrida da Advocacia Kids. As inscrições já podem ser feitas no site www.caamt.com.br. Podem participar crianças de dois a 12 anos de idade. As vagas são limitadas. A inscrição terá um custo de R\$ 25,00 + taxa de serviço e poderá ser paga via boleto ou cartão de crédito. Haverá divisão por faixa etária.

A competição será dia 27 de agosto, às 16h, na sede da Associação dos Advogados, em Cuiabá. Todas as crianças inscritas receberão um kit e, ao término da prova, medalhas de participação.

PREMIAÇÃO

Confira a premiação para os melhores colocados em cada categoria:

Categoria Público Geral 10k

- 1º lugar (masc/fem) – troféu + R\$ 1.000
- 2º lugar (masc/fem) – troféu + R\$ 600
- 3º lugar (masc/fem) – troféu + R\$ 400

Categoria Público Geral 5k

- 1º lugar (masc/fem) – troféu + R\$ 650
- 2º lugar (masc/fem) – troféu + R\$ 450
- 3º lugar (masc/fem) – troféu + R\$ 300

Categoria Advogados(as)/Estagiários(as) 10k

- 1º lugar (masc/fem) – troféu + vale compras R\$ 1.500
- 2º lugar (masc/fem) – troféu + vale compras R\$ 1.000
- 3º lugar (masc/fem) – troféu + vale compras R\$ 500

Categoria Advogados(as)/Estagiários(as) 5k

- 1º lugar (masc/fem) – troféu + vale compras R\$ 600
- 2º lugar (masc/fem) – troféu + vale compras R\$ 400
- 3º lugar (masc/fem) – troféu + vale compras R\$ 300

Tome Nota

BARRA DO GARÇAS

4ª Colônia de Férias CAA/MT

Inscrições: Até 08 de julho no site www.caamt.com.br

Taxa de inscrição: R\$ 250 (inclusas refeições e passeios)

Realização das atividades: 11 a 15 de julho, das 8h às 18h, na Affemat

Público: Filhos(as) e dependentes de advogados(as) e estagiários(as) com idade entre 6 e 12 anos

Organização: CAA/MT, OAB/Barra do Garças e UFMT

CUIABÁ

10ª Colônia de Férias CAA/MT

Inscrições: Até 14 de julho no site www.caamt.com.br

Taxa de inscrição: R\$ 250 (inclusas refeições e passeios)

Realização das atividades: 18 a 22 de julho, das 8h às 18h, na Associação dos Advogados

Público: Filhos(as) e dependentes de advogados(as) e estagiários(as) com idade entre 6 e 12 anos

Organização: CAA/MT e UFMT

CAA/MT celebra parcerias com empresas e prestadores de serviços

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) informa aos profissionais da advocacia que celebrou mais parcerias com as seguintes empresas e prestadores de serviços:



• Arranjos Express – consertos e transformações de roupas

Shopping Goiabeiras, Cuiabá. (65) 3054-7090



• Felicità Locadora

Avenida Miguel Sutil, 14.396 (próximo ao trevo da ponte nova), bairro Jardim Ubatã, Cuiabá. (65) 3027-3028



• Atlas Parking - estacionamento

Unidades Cuiabá: Avenida Historiador Rubens de Mendonça (anexo à Auto Art's Serviço Automotivos); Centro Político e Administrativo (atrás do Palácio Paiguás) e Avenida da Prainha (próximo à loja City Lar)



• Júnior Engraxate

Praça Popular, bairro Goiabeiras, Cuiabá. Sistema delivery. (65) 99604-5230



• Corpo e Arte by Sílvia

Rua Almirante Henrique Pinheiro Guedes, 305, bairro Duque de Caxias, Cuiabá. (65) 3623-3001



• PBF Idiomas

Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, bairro Duque de Caxias II, Cuiabá. (65) 3025-6464



• Corpo e Arte Homem

Shopping Goiabeiras, Cuiabá. (65) 3324-1767



• Pé Dois Kids

Várzea Grande Shopping. (65) 3322-2691



• Empório do Arquitecto

Avenida Senador Filinto Muller, 920 A, bairro Quilombo, Cuiabá. (65) 3321-1257



• Viza Móveis Planejados

Avenida Getúlio Vargas, 647, bairro Centro Norte, Cuiabá. (65) 3623-2288

Congresso nacional reúne Poderes para debater sobre novo CPC



As mudanças no Código do Processo Civil (CPC) estiveram em debate nos dias 2 e 3 de junho, no Congresso nacional e 3º Seminário sobre o novo CPC, no Teatro Zulmira Canavarros na Assembleia Legislativa (ALMT). Na solenidade de abertura, os presidentes do Tribunal de Justiça (TJMT), desembargador Paulo da Cunha, da ALMT deputado Guilherme Maluf, e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) Leonardo Campos destacaram a importância da discussão sobre as alterações no novo CPC.

Para o presidente da OAB-MT, esta é uma nova cultura jurídica, que precisa ser debatida exaustivamente. “Este evento é de fundamental importância para a comunidade jurídica mato-grossense. Tenho dito que não é o Código do Processo Civil que foi alterado, mas sim, uma nova cultura jurídica, que precisa ser debatida exaustivamente, para se formar conceito e jurisprudência, para que haja um entendimento na interpretação da norma”, afirmou.

Leonardo Campos também destacou que as mudanças no CPC afetam diretamente a vida de cada cidadão. “O processo civil, que é a forma pela qual se aplica a justiça, lida diretamente com a vida de cada cidadão, e

é conduzida pelo novo CPC. São inúmeras alterações, umas são aplaudidas pela advocacia e outras precisam de maturação. Nada mais propício que um evento como este para exaurir o tema, debater e formar a partir daí um novo conceito, um novo entendimento”, disse.

Presidente do TJMT, desembargador Paulo da Cunha ressaltou que por ter entrado em vigor este ano, há poucos meses, e possuir muita novidade, o novo CPC precisa ser discutido.

O presidente da Casa de Leis, Guilherme Maluf parabenizou a iniciativa da OAB-MT em estimular o debate sobre o novo CPC. “Esta é uma Casa de Leis, portanto, deve estimular o debate, para que toda a classe jurídica possa ter avanços, então a AL apoia e apoiará eventos como este, que venham a colaborar com o nosso ambiente jurídico. A OAB está de parabéns, o presidente Leonardo Campos a frente do evento, comandando e programando, este evento terá benefícios para toda classe de advogados do nosso Estado”, salientou.

O primeiro-secretário da Casa, deputado Nininho também participou da solenidade e ressaltou que a ALMT está sempre de portas abertas para eventos como este.

Mais de mil pessoas acompanharam debate sobre Delação Premiada

Mais de 1 mil pessoas participaram da segunda edição do projeto Direito em Debate no dia 14 de junho. Com o tema “Delação Premiada”, a estreia da transmissão via Periscope foi acompanhada por cerca de 800 pessoas de todo o Brasil e até de outros países, além dos que compareceram pessoalmente ao evento.

Idealizado pela Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso (ESA-MT), o projeto Direito em Debate teve sua primeira edição no mês de maio, já com um tema que lotou o auditório da OAB-MT: o aborto.

Assim, com assuntos polêmicos e de interesse de toda a sociedade, a proposta é trazê-los periodicamente para o centro de uma discussão jurídica, apresentando os diferentes pontos de vista sobre uma mesma questão.

“O evento é aberto para toda a sociedade. Viemos com uma roupagem

forte no planejamento do debate para colocar toda a população ciente dos assuntos que estão em destaque nas redes sociais e na imprensa, esclarecendo os pontos negativos e positivos de cada tema”, explicou o diretor-adjunto da ESA-MT, Bruno Cintra.

Para isso, e diante do sucesso da primeira edição do projeto, houve a necessidade de ampliar o alcance do evento para que cada vez mais pessoas pudessem participar dos debates. Foi então que a ESA-MT criou seu canal no aplicativo Periscope com o endereço @escolasamt.

Durante o debate, participantes de Goiânia, São Paulo, Brasília, fizeram questão de marcar presença por meio do aplicativo, onde podem, inclusive, interagir com os debatedores.

Mesmo com a transmissão via internet, aproximadamente 200 pessoas compareceram ao auditório da OAB-MT.





ESA-MT, Esmatra/MT e Amatra 23 celebram convênio para atividades acadêmicas

Já está em vigor o convênio firmado entre a Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso (ESA-MT), Escola Superior da Magistratura Trabalhista de Mato Grosso (Esmatra/MT) e Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 23ª Região (Amatra 23) para a oferta de cursos livres para aprimoramento na área jurídica em Direito Individual, Coletivo e Processual do Trabalho.

O Termo de Cooperação Técnica foi assinado no dia 6 de junho pelo presidente da OAB-MT, Leonardo Campos; pelo diretor da ESA-MT, Marco Antônio

Lorga; pelo diretor da Esmatra/MT, André Molina e pelo presidente da Amatra 23, Aguinaldo Locatelli.

Segundo Lorga, além de oportunizar uma aproximação entre as Escolas, aliando corpo docente e estrutura, essa parceria é muito importante neste momento.

“É importante para todos os advogados mato-grossenses e, principalmente, para os que atuam na área do Direito do Trabalho porque o corpo técnico qualificado da Esmatra/MT apresenta de forma clara as mudanças do novo Código de Processo Civil que é utilizado de

forma subsidiária no Direito do Trabalho”, ressaltou o diretor da ESA-MT.

De acordo com o convênio, as aulas serão realizadas no auditório e salas da ESA-MT e os cursos serão ministrados pelo corpo docente da Esmatra/MT, sob coordenação do prof. Dr. André Molina.

O magistrado explica que esta parceria tem como objetivo atender aos profissionais que têm interesse em realizar cursos pontuais de atualização. Molina

ressalta ainda que muitos advogados manifestam interesse em alguns módulos dos cursos oferecidos para Esmatra/MT e, por meio dessa parceria, será possível atender os profissionais em todas as subseções da OAB-MT.

O diretor da Esmatra lembra, ainda, que o primeiro curso foi realizado na subseção de Tangará da Serra para 45 advogados da região e, agora, deve ser replicado para outras localidades de Mato Grosso.

Convênio entre OAB-MT, ESA, CAA e Atame concede 25% de desconto em pós-graduação

O desconto de 25% em cursos de pós-graduação “Lato Sensu” pode ser aproveitado pelos advogados e estagiários regularmente inscritos na OAB-MT, conforme convênio firmado entre a entidade, a ESA-MT, Caixa de Assistência dos Advogados (CAA-MT) e o grupo Atame. É obrigatória apresentação da carteira da OAB-MT.

O grupo Atame também concede desconto de 20% para os cursos de pós-graduação “Lato Sensu”, que forem realizados nas Subseções no interior do Estado, de acordo com requi-

sito mínimo de 30 alunos para o início das aulas.

Com início no dia 19 de agosto, a ESA-MT recebe a pós-graduação 2016/2 sobre “Direito processual civil”. A certificação é feita pela Universidade Cândido Mendes.

Com o convênio, os jovens advogados regulares com a OAB-MT terão custo de 20 mensalidades no valor de R\$330, com cota máxima de 10 alunos por turma. Para os advogados regulares com a OAB-MT, são 20 mensalidades de R\$350. Já para o público em geral são 20 mensalidades de R\$495.




PÓS GRADUAÇÃO
2016/2

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Início - 19/08/2016

Valor da Pós- Graduação para os cursos realizados na sede da ESA/MT:

- ▶ Jovem Advogado Regular com a OAB/MT : 20 mensalidades de R\$ 330,00 (COTA MÁXIMA DE 10 ALUNOS POR TURMA).
- ▶ Advogado Regular com a OAB/MT: 20 mensalidades de R\$ 350,00
- ▶ Público Geral: 20 mensalidades de R\$ 495,00

65 3613-0956/0957/0930
www.oabmt.org.br

CONVÊNIO

CERTIFICAÇÃO



OAB-MT, Fecomércio e Rede de Controle da Gestão Pública debatem financiamento de campanha com empresários

Presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-MT, José Antonio Rosa tratou sobre financiamento e prestação de contas das campanhas eleitorais para empresários no dia 22 de junho.

A participação aconteceu em evento promovido pela Rede de Controle da Gestão Pública em parceria com a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso (Fecomércio) e OAB-MT.

Com o tema “Financiamento e prestação e contas das campanhas eleitorais – condutas vedadas aos agentes públicos em ano eleitoral e regras para a propaganda eleitoral e partidária”, esta primeira etapa do evento é destinada a empresários do segmento comercial e aberta ao público em geral.

Rosa atuou nas principais campanhas eleitorais do Estado dos últimos anos e explica, do ponto de vista de quem atuará no dia a dia, os principais aspectos da legislação eleitoral que sofreu mudanças recentes com a aprovação da minirreforma.

Cojad da OAB-MT participa de Colégio de Presidentes em Porto Alegre

O presidente da Comissão do Jovem Advogado (Cojad) da OAB-MT, Mario Medeiros representou a entidade no colégio de Presidentes das Cojads de todo o Brasil, nos dias 2 e 3 de junho em Porto Alegre.

Na reunião, foram apresentados os projetos das Comissões Estaduais e por unanimidade decidiram não aprovar a indicação a peça processual na 2ª fase do Exame de Ordem, e com isso, se alinha à posição do Colégio de Presidentes Seccionais.

O Colégio de Presidentes das Cojads aprovou o Curso do Manual de apoio ao Jovem Advogado, com subsí-

dio e formação pela ESA.

Presidente da Cojad em Mato Grosso, Mario Medeiros Neto destacou o apoio da Diretoria da Seccional para a participação da comissão e que puderam trazer novas ideias, desafios e propostas para a jovem advocacia mato-grossense.

“Ter a possibilidade de discutir os problemas e políticas de apoio à jovem advocacia com representantes de todas as regiões do país engrandece o nosso trabalho e dá as ferramentas necessárias para a busca de soluções para este momento tão delicado que são os primeiros anos da profissão”, concluiu.



Comissão de Tributário da OAB-MT reitera vícios de ilegalidade no decreto 380

A Comissão de Estudos Tributários e Defesa dos Contribuintes reiterou ao governo do Estado, bem como à Secretária de Fazenda e ao secretário-chefe da Casa Civil, Paulo Taques, os vícios de ilegalidade e inconstitucionalidade do Decreto

380, que pretende alterar a forma de incidência do ICMS.

Em reunião, a Comissão diante de todos os pedidos, da sociedade, e do setor produtivo como o comércio e a indústria, também solicitou a revisão do Decreto ou no mínimo um

adiamento para que sejam realizados novos estudos sobre a legalidade e constitucionalidade do Decreto. Este pleito já foi atendido pelo governo do Estado e sua entrada em vigor foi alterada para janeiro de 2017.

Contudo, para os membros da

Comissão, o importante não é que postergue apenas, mas que reveja, junto com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) que presta a consultoria, para que se mude a tributação no Estado, trazendo mais transparência e segurança jurídica aos contribuintes.

Informe OAB

O presidente da OAB-MT Leonardo Campos apoiou o lançamento do movimento “Força Nacional Já” no dia 7 de junho, que aconteceu na Assembleia Legislativa. Na ocasião, o presidente destacou a importância da troca de experiências entre a Força Nacional e as Polícias de Mato Grosso. “Com técnicas de investigação, podem capacitar nossos profissionais, trocando informações e se especializando”, apontou.

Em razão da grande procura no Departamento de Depósitos Judiciais do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) acerca de informações sobre data e comprovante de pagamento de alvarás, a coordenadora financeira do órgão, Ilman Rondon Lopes, esclarece que é possível fazer a consulta pela internet. Para advogados e assessores de magistrados cadastrados do Sicon DJ, basta acessar o sistema, copiar a conta judicial constante do alvará que se pretende buscar o comprovante e preencher o campo indicado, incluindo, também o CPF ou CNPJ do beneficiário constante no alvará.



Presidente da Comissão de Direito Carcerário Waldir Caldas, acompanhou a visita dos juizes da Vara de Execução Penal, Geraldo Fidelis e Bruno Marques ao Centro de Ressocialização de Cuiabá (CRC) no dia 15 de junho. A visita foi definida em assembleia-geral do Sindicato dos Servidores Penitenciários (Sindspen-MT) em virtude da greve pelo não pagamento da Revisão Geral Anual (RGA) pelo governo. Depois de percorrer o interior da unidade penal, os magistrados, o presidente da comissão e representantes do Conselho de Comunidade reuniram-se com o comando de greve para ouvir o pleito dos servidores.

A Comissão de Direito da Mulher da OAB-MT participou da reunião da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher) para definir as ações da campanha “Justiça Pela Paz em Casa”. Em Mato Grosso, as atividades serão promovidas de 15 a 19 de agosto. Justiça Pela Paz – A campanha nacional é idealizada pela vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Carmen Lúcia e conta com apoio do Conselho Federal da OAB. Neste ano, pela primeira vez, a mobilização terá um tema: “Cabeça de Mulher”.



Durante todo o mês de junho, a OAB-MT intermediou a negociação entre os servidores em greve e o governo do Estado, diante do impasse pelo não pagamento da Revisão Geral Anual (RGA). Além de receber o secretário de Gestão Júlio Modesto que apresentou os dados do governo, a entidade também sediou assembleia-geral do Sindicato dos Servidores Penitenciários (Sindspen-MT). A OAB-MT também garantiu na Justiça Federal que o atendimento aos advogados fosse reestabelecido durante o movimento grevista.



Representando a OAB-MT no 2º Congresso Mundial dos Aposentados, o presidente da Comissão de Direito do Idoso, Isandir Rezende, destacou a preocupação com a transferência do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Realizado em Araxá (MG), o 2º Congresso Mundial dos Aposentados ocorreu de 8 a 13 de junho. O representante da OAB-MT acompanhou um grupo de 24 pessoas do segmento em Mato Grosso.

Em Destaque



Analistas do Poder Judiciário entregam carta de agradecimento à OAB-MT pela atuação em defesa da Revisão Geral Anual (RGA) dos servidores



Comissão de Infância e Juventude participa do Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil com o secretário estadual de assistência social Valdiney Arruda



Secretária-geral adjunta Gisela Cardoso representa Seccional no Ato em Defesa da Justiça do Trabalho em Brasília com o presidente nacional Claudio Lamacchia



O presidente da Comissão do Advogado Público Luiz Antônio Araújo Júnior, recebeu a a secretária da Comissão da Seccional do Rio Grande do Norte, Teresa Diógenes.



OAB-MT apoia Mobilização Nacional em Defesa do Sistema Único de Assistência Social (Suas), o vice-presidente Flávio Ferreira marcou presença em Cuiabá



Em parceria com o Sebrae, a Comissão de Meio Ambiente realizou oficina com crianças para a Semana do Meio Ambiente